



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
GABINETE DO DES. OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO

DECISÃO MONOCRÁTICA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0000561-88.2011.815.0731.

Origem : 4ª Vara da Comarca de Cabedelo.

Relator : Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho.

Embargante : Eudes Arruda Barros Filho.

Advogado : José Marcelo Dias.

Embargado : Condomínio Residencial Calamares.

Advogado : Breno Amaro Formiga Filho.

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO,
CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE.
INEXISTÊNCIA. MANIFESTO PROPÓSITO
DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA
APRECIADA. IMPOSSIBILIDADE. MANU-
TENÇÃO DO *DECISUM*. REJEIÇÃO.**

- Os embargos de declaração têm cabimento apenas nos casos de obscuridade, contradição ou omissão, não se prestando ao reexame do julgado.

- Não se verificando a indicação de qualquer omissão, obscuridade ou contradição idôneas a configurarem alguma das hipóteses do art. 535 do Código de Processo Civil, constata-se que as razões expostas pela embargante revelam que o acórdão se mostrou, em verdade, apenas contrário às suas argumentações.

Vistos.

Trata-se de **Embargos de Declaração** (fls. 125/136) opostos pela **Eudes Arruda Barros Filho** contra os termos da Decisão Monocrática de fls. 119/123, a qual negou seguimento ao apelo interposto pelo embargante com o fim de majorar a quantia indenizatória fixada a título de danos morais, bem como os honorários advocatícios a que foi condenada a parte contrária.

Em suas razões, alega que “o valor atribuído à causa fora de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), e o valor da condenação fora de R\$

2.000,00 (dois mil reais), portanto, ínfimo, se levarmos em consideração o dissabor sofrido pelo embargante”. Conclui, diante dessa alegação, que há omissão, pois não houve menção à discrepância entre o valor atribuído à causa e o valor da condenação. Afirma ainda uma contrariedade sob o argumento de serem inexistentes os parâmetros legais para o arbitramento do valor da reparação do dano moral.

Ao final, pugna pelo provimento do embargos, suprimindo-se as omissões, obscuridades e contradições, aplicando-se os efeitos infringentes para majorar a condenação imposta à parte embargada.

É o relatório.

DECIDO.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço o recurso interposto.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, são cabíveis embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou omissão.

Desse modo, pressupõe para sua interposição, por exemplo, a falta de clareza na redação, a possibilidade de eventualmente permitir duplo sentido na interpretação, bem como a não apreciação obrigatória de um dos pedidos formulados pelo recorrente.

Analisando detidamente as razões recursais, verifica-se que a embargante pretende, na realidade, rediscutir a matéria, apontando o suposto desacerto da decisão colegiada e, frise-se, em nenhum momento, demonstrando a existência de um dos aspectos que autorize o provimento dos aclaratórios, mesmo em hipótese de excepcional concessão dos efeitos infringentes.

A contrariedade quanto à apreciação dada por esta Corte ao caso ventilado por meio do presente caderno processual é de tal notoriedade que os argumentos ditos aclaratórios rebatem os próprios fundamentos e interpretações com base nos quais o *decisum* foi expressa e claramente prolatado.

No julgado combatido, consignou-se de forma bastante elucidativa a os elementos que conduziram à conclusão de que os valores estipulados pelo magistrado de primeiro grau espelham a razoabilidade. A alegação de que há suposta omissão por ausência de menção à diferença entre os valores da causa e da condenação é manifestamente improcedente, porquanto irrelevantes para a análise da proporcionalidade devidamente fundamentada com base nos parâmetros legais.

Pois bem, não são necessárias maiores delongas hermenêuticas para se constatar a inexistência de contradição no julgado que autorize o acolhimento dos presentes embargos, haja vista que é entendimento pacificado

o de que “a contradição que autoriza os Edcl é do julgado com ele mesmo, jamais, a contradição com a lei ou com o entendimento da parte (STJ, 4.^a T., Edcl-REsp 218528-SP, rel. Min. Cesa Asfor Rocha, j. 7.5.2002, v.u., DJU 22.4.2002, p.210)” (NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil comentado e legislação extravagante. São Paulo: RT, 2013, p. 1086).

No que se refere ao fim de prequestionamento, sabe-se que a apreciação do pedido de prequestionamento vincula-se ao preenchimento de um dos pressupostos específicos dos aclaratórios, quais sejam, a existência de omissão, obscuridade ou contradição, o que não se verificou no caso em comento.

Sobre o tema, inclusive quando a pretensa manifestação visa recair em matéria constitucional, o Superior Tribunal de Justiça já pontificou ser incabível o aclaratório, especialmente quando a controvérsia foi dirimida de forma clara, expressa e em acórdão devidamente fundamentado, como é o caso dos autos. Confira-se o aresto em questão:

“PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO DEMATÉRIA CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE. 1. Os embargos de declaração são cabíveis somente para sanar omissão, obscuridade ou contradição contida no julgado. Caso não se configure ao menos uma dessas hipóteses, devem ser rejeitados, sob pena de se rediscutir questão de mérito já decidida. 2. A controvérsia - incidência dos índices deflacionários – foi dirimida de forma clara, expressa e em acórdão devidamente fundamentado. 3. São impróprios os aclaratórios que têm por objetivo a discussão de matéria de fundo constitucional com o fim de prequestionamento, para interposição futura de recurso extraordinário. (...) 5. Embargos de declaração rejeitados. (STJ - EDcl no AgRg no REsp: 1356879 RS 2012/0255532-9, Relator: Ministro CASTRO MEIRA, Data de Julgamento: 02/04/2013, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/04/2013).

Ora, como já destacado, não há qualquer suprimimento a ser realizado ao julgado embargado, tendo o objetivo do recurso oposto tão somente modificar a interpretação e aplicação das normas do ordenamento jurídico.

Assim, as próprias razões expostas pela embargante – não apontando concretamente qualquer omissão, obscuridade ou contradição – revelam que a decisão se mostrou, em verdade, apenas contrária às suas argumentações recursais, sendo negado seguimento ao seu apelo, após enfrentamento de forma suficiente das questões suscitadas.

Ressalte-se, ademais, que não é encargo do julgador manifestar-se sobre todos os fundamentos legais indicados pelas partes, nem mesmo para fins de prequestionamento, bastando que a prestação jurisdicional seja motivada, como efetivamente o foi, indicando as bases legais que deram suporte à decisão.

Nesse diapasão, vislumbro que não há qualquer omissão, obscuridade ou contradição no julgado, não sendo cabíveis, portanto, os embargos de declaração, ainda que com a finalidade de prequestionamento, conforme o entendimento desta Corte de Justiça, veja-se:

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. VÍCIO NÃO CARACTERIZADO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. FINS DE PREQUESTIONAMENTO. PRETENSÃO PREJUDICADA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. REJEIÇÃO.

Os embargos de declaração têm cabimento apenas nos casos de obscuridade, contradição ou omissão, não se prestando ao reexame do julgado e inexistindo quaisquer das hipóteses justificadoras do expediente, impõe-se a sua rejeição. Nem mesmo para fins de prequestionamento se pode desejar repisar os argumentos, os quais restaram repelidos pela fundamentação desenvolvida na decisão. Não é encargo do julgador manifestar-se sobre todos os fundamentos legais indicados pelas partes, nem mesmo para fins de prequestionamento, bastando ser motivada a prestação jurisdicional, com a indicação das bases legais que dão suporte a sua decisão. Se a parte dissente dos fundamentos narrados no decisum combatido, deve ela valer-se do recurso adequado para impugná-lo, não se prestando os embargos declaratórios para tal finalidade”. (TJPB; Rec. 058.2011.000168-0/003; Quarta Câmara Especializada Cível; Rel. Des. Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho; DJPB 02/10/2013; Pág. 15) (grifei)

Dentro desse contexto, em consonância com a atual situação em que se encontra a prática forense, o eminente Ministro Franciulli Netto pondera sobre a finalidade da decisão judicial, de resolução fundamentada dos litígios postos em discussão, a qual foi devidamente alcançada por meio do *decisum* embargado. Confira-se:

“(...) a função teleológica da decisão judicial é a de compor precipuamente, litígios. Não é peça acadêmica ou doutrinária, tampouco se destina a responder a argumentos, à guisa de quesitos, como se laudo pericial fora. Contenta-se o sistema com a

solução da controvérsia observada a res in iudicium de ducta” (Resp 611.518/MA, DJU 05.09.06).

Por fim, há de se ressaltar que o Regimento Interno desta Corte de Justiça, no inciso XVI de seu art. 127, dispondo a respeito das atribuições do relator, também prevê a possibilidade de rejeição liminar de Embargos Declaratórios, senão vejamos:

*“Art. 127. São atribuições do Relator:
(...) XVI - **rejeitar de plano os embargos**, sejam os infringentes, os infringentes e de nulidade ou **os de declaração** (...)”.* (grifo nosso).

Dessa forma, com base nos princípios da celeridade e economia processuais, bem como na sistemática trazida pelo Código de Processo Civil, devem os Embargos Declaratórios, opostos contra decisão monocrática do Relator, serem julgados também de forma isolada, porquanto se mostra despiciendo o conhecimento da questão pela câmara.

Por tudo o que foi exposto, não havendo qualquer vício a ser sanado na decisão combatida, não merecem ser acolhidos o presente recurso aclaratório, inexistindo outro caminho a trilhar a não ser manter a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, razão pela qual **REJEITO** os presentes Embargos Declaratórios.

P. I.

Cumpra-se.

Após o trânsito em julgado da presente decisão, providencie-se o regular prosseguimento do Recurso Especial de fls. 138/150.

João Pessoa, 13 de outubro de 2014.

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho
Desembargador Relator